CONTRATO ADMINISTRATIVO nº. 006/2023

Processo de Dispensa n° 006/2023
Contrato Administrativo nº. 006/2023.

Termo de contrato que entre si fazem o Poder Legislativo de Mantena a empresa Ricardo Antônio Monteiro Soares ME, tendo como objeto a prestação dos serviços de Buffet por ocasião da confraternização de final de ano para os vereadores e funcionário do legislativo municipal.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MANTENA, Estado de Minas Gerais, pessoa jurídica de direito público interno, sediada na Rua Vereador Victor Campos de Queiroz, n° 383 - Centro – CNPJ: 21.297.635/0001-72, neste ato representado pelo seu Presidente, Sr. Wanderson Ferreira da Silva, brasileiro, casado, Advogado, inscrito no CPF: 006.221.476-41, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, residente e domiciliado na cidade de Mantena/MG, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa RICARDO ANTÔNIO MONTEIRO SOARES ME, inscrita no CNPJ: 29.510.410/0001-64, localizada Rua Crisântemo, n° 158 – Boa Esperança, na cidade de Mantena - MG, representada pelo Sr. Ricardo Antônio Monteiro Soares, inscrito no CPF: 049.617.136-43, daqui por diante denominada simplesmente CONTRATADO, com base na Dispensa n° 006/2023, e de acordo com a Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei Federal nº. 8.883 de 08 de junho de 1994, resolvem celebrar o presente CONTRATO, observadas as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO – O presente contrato tem por objeto a prestação dos serviços de Buffet por ocasião da confraternização de final de ano para os vereadores e funcionário do legislativo municipal, conforme:

Coquetel para 200 pessoas;
Aluguel de mesas e cadeiras já forradas, a ser realizado em local a ser disponibilizado pela empresa contratada, com duração de 07 horas, no dia 15 de dezembro de 2023, conforme cardápio especificado a seguir:
Local: Cantinho Mineiro completo;
Mesa de Caldos, mesa de massas, salgados e mesa de bolo e doces;
Bebida: Refrigerante, suco e água;
Inclusos ainda o fornecimento dos vasilhames, copos, pratos e talheres, além da decoração do local e os serviços de 08 garçons.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS – Os serviços deverão ser prestados na forma e condições fixadas abaixo.

2.1 Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade dos serviços obrigando-se a presta mais qualidade em seu atendimento.

2.2 A contratante sujeitar-se-á a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da Administração, encarregada de acompanhar a prestação dos serviços prestando esclarecimentos solicitados atendendo as reclamações formuladas.

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA - O presente contrato terá seu início na data de sua assinatura e se encerrará em 31 de dezembro de 2023.

CLÁUSULA QUARTA – PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO - Pela aquisição dos produtos a CONTRATANTE pagará a contratada o valor global de R$ 17.000,00 (dezessete mil reais), conforme proposta apresentada, que serão pagas em até 30 (trinta) dias após a prestação dos serviços.

4.1. Pelo atraso no pagamento será imposta multa de 2% (dois por cento) ao mês sobre o valor anual do contrato.

4.2. O pagamento do objeto será autorizado pela CONTRATANTE via sistema bancário.

CLÁUSULA QUINTA – REAJUSTES - Os preços acima acordados serão fixos e irreajustáveis, nos termos da legislação que implantou o Plano Real, salvo o caso de prorrogação do contrato, por interesse da contratante, conforme § 1º do art. 58 da Lei Federal nº. 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E CONTRATADA

6.1 São obrigações da CONTRATADA:

6.1.1. Prestar os serviços solicitados no prazo de determinado a contar a partir do recebimento da ordem de serviço;

6.1.4. Responsabilizar-se por todos os encargos sociais e trabalhistas de seus prepostos;

6.1.5. Manter-se, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação;

6.1.6. Reconhecer os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, prevista no art. 77, da Lei Federal nº. 8.666/93.

6.2. São obrigações do CONTRATANTE:

6.2.1. Efetuar o pagamento nos valores e prazos estabelecidos na Cláusula Quinta deste contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – RESCISÃO DO CONTRATO

7.1. A rescisão poderá ser:
7.1.1. Determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos a seguir enumerados:
7.1.1.1. Não cumprimento de cláusula contratual, especificações ou prazos;

7.1.1.2. Cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

7.1.1.3. Lentidão constante no cumprimento do atendimento, levando o CONTRATANTE a comprovar a falta de interesse da CONTRATADA;

7.1.1.4. Atraso injustificado;

7.1.1.5. Subcontratação total do seu objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no instrumento convocatório e no contrato.

7.1.1.6. Cometimento reiterado de faltas na execução;

7.1.1.7. Decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

7.1.1.8. Dissolução da sociedade ou falecimento da CONTRATADA;

7.1.1.9. Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATANTE, que prejudique a execução do contrato;

7.1.1.10. Razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa do órgão CONTRATANTE, e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

7.1.1.11. Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

7.1.2. Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo administrativo, desde que haja conveniência do CONTRATANTE.

7.**1.3.** Em caso de rescisão enumerada abaixo, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados, quando os houver sofrido:

7.1.3.1. suspensão de sua execução, por ordem escrita do CONTRATANTE, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo, em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões, que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à CONTRATADA nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

7.1.3.2. Atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE decorrente da realização dos serviços destes já recebidos ou executados, salvo, em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação, caso em que, sua decisão deverá ser comunicada por escrito ao CONTRATANTE;

7.1.3.3. Rescisão contratual pelo não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazo acarretando as seguintes consequências:
7.1.3.3.1 assunções imediata do objeto contratado, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio do CONTRATANTE;

7.2. Na ocorrência de rescisão por conveniência administrativa, a CONTRATADA será notificada com 30 (trinta) dias de antecedência.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES - Sem prejuízo das sanções previstas no art. 87 da Lei Federal nº. 8.666/93, a CONTRATADA ficará sujeita às penalidades, asseguradas a prévia defesa:

8.1. Pelo atraso injustificado na execução do Contrato:

8.1.1. até 05 (cinco) dias, multa de 0,5%, sobre o valor da obrigação por dia de atraso;

8.1.2. superior a 05 (cinco) dias, multa de 1,5% sobre o valor da obrigação por dia de atraso;

8.2. Pela inexecução total ou parcial do Contrato;

8.2.1. multa de 2% (dois), calculada sobre o valor do Contrato ou da parte não cumprida;

8.2.2. multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.

8.3. O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens 9.2.1 e 9.2.2 será o do valor inicial do Contrato.

8.4. As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório, porém moratório e, consequentemente, o pagamento delas não exime a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha a acarretar ao CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS - As despesas decorrentes da execução do objeto do presente Contrato correrão por conta da seguinte dotação:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	FONTE DE RECURSO / SICOM		NOMENCLATURA
00002.0112210024.004.3390390000 (F28)	1	Recursos do Exercício Corrente	Outros Serviços de terceiros pessoa jurídica
	00	Recursos Ordinários	

CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA - A CONTRATADA ficará isento de prestar garantia para a execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – O FORO - As partes contratadas elegem o Foro da Comarca da Contratante, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DISPOSIÇÕES FINAIS - Fazem parte integrante do presente Contrato, independente de transição, as condições estabelecidas no instrumento convocatório e as Normas contidas na Lei Federal Nº. 8.666/93, principalmente nos casos omissos.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente Contrato em 2 (duas) vias de igual teor e valor, na presença de duas testemunhas, infra-assinadas.

Mantena – MG, 01 de dezembro de 2023.

Câmara Municipal de Mantena
Wanderson Ferreira da Silva
CONTRATANTE
Presidente

Ricardo Antônio Monteiro Soares-ME
CONTRATADO
Representante Legal

Testemunhas:

NOME:Saulo de Souza
CPF: 034.476.436-37

NOME:Sirlandra Miranda Marins
CPF: 057.512.046-03

EXTRATO DO CONTRATO N° 006/2023

PARTES: Câmara Municipal de Mantena X RICARDO ANTÔNIO MONTEIRO SOARES ME.

Objeto do Contrato: Prestação dos serviços de Buffet por ocasião da confraternização de final de ano para os vereadores e funcionário do legislativo municipal.

Data do Contrato: 01/12/2023.

Valor Global do Contrato: R$ 17.000,00 (dezessete mil reais).

Dotação Orçamentária:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	FONTE DE RECURSO / SICOM		NOMENCLATURA
00002.0112210024.004.3390390000 (F28)	1	Recursos do Exercício Corrente	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
	00	Recursos Ordinários	

Certifico que o presente extrato fora publicado no Quadro de Avisos da Câmara Municipal, no prazo legal.

José Carlos Ferreira
Presidente da CPL